

2ª Reunião Preparatória Região Sul | 24 de junho de 2026

Coordenação: Profa. Dra. Cleybe H. Vieira
PUCPR



Contexto e Dinâmica

A dinâmica foi organizada em quatro salas de discussão, todas com a mesma pauta:

- Boas Práticas Institucionais
- Ajustes na Portaria do CNPq nº 2.539
- Fortalecimento das relações interinstitucionais

Objetivo

Reunir e priorizar as contribuições das instituições participantes, permitindo identificar convergências e pontos que exigem consulta ou encaminhamento ao CNPq, para consolidação regional.



Boas práticas

Práticas replicáveis, com adaptação ao porte institucional.



Portaria

Dúvidas, ajustes e pontos que exigem resposta do CNPq.



Relações Interinstitucionais

Cooperação regional em rede de coordenadores.

Síntese geral das quatro salas

1

Mensagem central

Três macro conclusões: os programas avançaram em governança, no entanto, a operação exige mais clareza, sistema e cooperação; o comitê externo é a dor transversal; a rede regional de coordenadores pode transformar boas práticas dispersas em referência comum.



Governança

Portaria apresenta avanços, mas lacunas operacionais nas instituições, precisam ser esclarecidas.



Comitê externo

Dificuldade de composição e renovação dos membros. Ausência de feedback para as IES.



Formação dos bolsistas

Oficinas, cursos, reuniões e acompanhamento dos bolsistas são práticas recorrentes e devem ser fortalecidas.



Cooperação

Proposta de realização de reuniões regionais de coordenadores.

Boas práticas institucionais | Formação e acompanhamento

Práticas recorrentes e replicáveis, com adaptação ao porte institucional

2

Formação continuada e acompanhamento

- Reuniões iniciais com bolsistas, orientadores e supervisores para esclarecer regras, compromissos e diferenças entre programas.
- Oficinas e trilhas formativas para bolsistas, orientadores e supervisores: Lattes, metodologia científica, escrita de relatórios, preparação para apresentação em seminários, ética, patentes e inovação.
- Ambientes EAD e materiais gravados para acesso assíncrono, com certificação e reaproveitamento por diferentes turmas.
- Acompanhamento semanal, mensal, trimestral ou semestral de atividades em sistema institucional, com validação do orientador e alerta preventivo de problemas.
- Participação de egressos em momentos de acolhimento e formação de novos bolsistas.
- Curso de formação em inglês para bolsistas, com custo acessível, visando ampliar competências de comunicação acadêmica e internacionalização.
- Inclusão em edital da obrigatoriedade de presença do orientador na apresentação do bolsista, com possibilidade de justificativa ou representação por mestrando ou doutorando do grupo de pesquisa.
- Participação de doutorandos e pós-doutorandos na avaliação de resumos e apresentações, contribuindo para a formação dos avaliadores e reduzindo sobrecarga dos comitês.

Ponto de atenção Monitoramento intensivo depende de sistema e equipe; devem ser respeitadas as realidades distintas das IES.

Boas práticas institucionais | Sistemas, ética e eventos

Rastreabilidade, integridade e popularização da ciência

3

Gestão documental e visibilidade



Sistemas e rastreabilidade

Ambientes únicos para planos, relatórios, avaliações, resumos, termos, certificados e feedbacks. Rastreabilidade para auditoria, avaliações institucionais.



Ética, LGPD e sigilo

Termos de compromisso com confidencialidade, proteção de dados, integridade em pesquisa e responsabilidade.



Eventos e divulgação

Seminários abertos ao público, transmissões/postagens no YouTube aumentam visibilidade e contribuem para a divulgação científica e a popularização da ciência.



Premiação

Reconhecimento por área e estímulo à qualidade das pesquisas.

Ferramentas mais utilizadas pelas IES

- Google Drive, Google Forms, Microsoft/Power BI, sistemas internos de avaliação e sistemas institucionais de gestão de projetos.
- Formulários simples para pareceres e consolidação de feedbacks externos.

Boas práticas institucionais | Ensino médio, comitê externo e PIBITI

Aproximação Colégios-Universidade, Universidade-Empresas e diferenciação entre modalidades

4

Ensino médio

- Fortalecer relação com supervisores como ponto focal para divulgação, seleção e acompanhamento de estudantes do ensino médio
- Carga horária semanal do bolsista de 8 a 10 horas
- Atividades integradas de estudantes do ensino médio com estudantes de graduação, mestrado e doutorado
- Eventos ou sessões específicos ao ensino médio, sem isolamento dos estudantes em relação à programação geral de iniciação científica e tecnológica, principalmente no evento anual
- Visitas guiadas de escolas a museu, observatório e infraestrutura universitários.

Comitê Externo

- Renovação anual parcial do comitê externo → Preservação da memória institucional e incorporação de novos avaliadores
- Banco interno de avaliadores PQ/DT entre instituições do mesmo grupo educacional, facilitando a composição do comitê externo

PIBITI

- Formulários próprios, foco em inovação, patentes, eventos de tecnologia e interação com empresas/startups
- Mostra de tecnologia com avaliação por empresários, Sebrae ou agentes de inovação

Ajustes na Portaria CNPq nº 2.539 | Comitê externo

5

Clareza normativa e viabilidade operacional



Papel do comitê

Reformular orientação para esclarecer que o comitê externo avalia o processo institucional, não necessariamente os projetos. Orientar que o Comitê externo encaminhe cópia do relatório de avaliação para a IES., como feedback formal.



Banco PQ/DT

CNPq poderia organizar banco de avaliadores PQ/DT por área de conhecimento, disponibilizando contato e instituição.



Incentivo do CNPq

Atribuir pontuação ou outro reconhecimento formal do pesquisador que participa em comitê de avaliação da ICT ou obrigação vinculada à condição de bolsista PQ/DT.



Operação

Permitir a participação remota do comitê externo, para redução de custos de hospedagem e deslocamento em regiões com poucos pesquisadores PQ/DT.

Mensagem para o CNPq

É preciso atuação do CNPq para criar condições, incentivos e orientação operacional para a formação comitês qualificados.

Ajustes na Portaria CNPq nº 2.539 | Bolsas, elegibilidade e permanência

Regras precisam dialogar com a realidade socioeconômica e institucional

6

Pontos normativos prioritários

TEMA	PROPOSTA CONSOLIDADA
Acúmulo assistencial	Permitir acúmulo com bolsas comprovadamente assistenciais, de permanência ou manutenção, sem restringir a fonte pagadora.
Ações afirmativas	Permitir participação de estudantes de escolas privadas ou comunitárias, desde que sejam bolsistas. Incluir universidades privadas com políticas de ações afirmativas estruturadas na chamada de PIBIC-Af. Ampliar as ações afirmativas de modo a contemplar outros públicos.
Valor da bolsa	Discutir reajuste e/ou modelos de carga horária compatíveis com permanência estudantil.
Professor supervisor	Implementar bolsa para o professor supervisor na chamada PIBIC-EM, visto a relevância de seu papel para o sucesso do programa.
PIBITI Ensino Médio	Criar chamada específica para iniciação tecnológica no ensino médio.



Ajustes na Portaria CNPq nº 2.539 | Comunicação, sistemas e egressos

Dores operacionais que afetam transparência, feedback e gestão

7

Ajustes nas regras operacionais



Comunicação formal

Melhorar comunicação operacional com o CNPq: formulários, canais de envio de informações, retorno sobre avaliações



Formulários e plataformas

Atualizar formulários e reduzir ambiguidade para avaliadores externos e instituições.



Egressos

Orientar acompanhamento proporcional ao porte e perfil institucional.

Como acompanhar egressos em instituições multicampi ou com alunos de múltiplas IES?



Co-orientador

Criar a figura formal de coorientador

Atuação de doutorandos como co-orientadores, desde que vinculados a disciplina ou atividade formativa da pós-graduação stricto sensu e sob supervisão de seus orientadores

Ajustes na Portaria CNPq nº 2.539 | Comunicação e sistemas

Dores operacionais que afetam transparência, feedback e gestão

8

Perguntas operacionais recorrentes

Qual canal usar para dúvidas urgentes durante avaliação externa?

Como acessar e orientar o preenchimento de formulários?

Qual papel operacional pode ser exercido por equipes técnicas/administrativas?

Fortalecimento das relações interinstitucionais

De reuniões preparatórias para uma rede regional permanente

9

Modelo proposto

- Reuniões semestrais regionais com pauta temática;
- Encontro nacional anual para validação de demandas comuns;
- Grupo permanente de comunicação entre coordenadores (WhatsApp);
- Compartilhamento de modelos: editais, termos, formulários, fluxos e sistemas;
- Criação de um banco regional de avaliadores PQ/DT para atuarem no comitê externo.
- Criar parcerias para mobilidade nacional

Resultado esperado

Reduzir assimetrias de gestão e transformar práticas locais em repertório regional, preservando flexibilidade institucional.

Prioridades consolidadas para encaminhamento

O que depende do CNPq versus o que pode avançar pela rede regional

10

Duas frentes de ação

A. Demandas ao CNPq

- Banco nacional de pesquisadores PQ/DT, por área do conhecimento
- Papel, renovação e feedback do comitê externo
- Ajustes nos formulários e plataformas
- Resposta/protocolo para comunicações obrigatórias
- Regras de acúmulo, ações afirmativas e elegibilidade
- Bolsa para supervisor no PIBIC-EM
- Chamada PIBITI Ensino Médio

B. Cooperação regional

- Compartilhar modelos de editais, termos e relatórios
- Criar trilhas de formação online
- Organizar encontros temáticos semestrais
- Sistematizar modelos de acompanhamento
- Trocar experiências sobre avaliação externa e sistemas
- Fortalecer comunicação entre coordenadores
- Criar parcerias institucionais para a mobilidade nacional no programas PIBIC e PIBITI

Encaminhamentos propostos

Roteiro para transformar a síntese em documento regional

11 Plano de ação



Critério de qualidade do documento regional

Ser objetivo, auditável e acionável; distinguir fatos relatados, análises e propostas de encaminhamento.

Da heterogeneidade institucional para uma agenda comum

As salas demonstraram capacidades distintas, mas dores convergentes. O próximo passo é transformar práticas locais em referência regional e demandas em pauta objetiva ao CNPq.

Boas Práticas Institucionais

Ajustes na Portaria do CNPq nº 2.539

Fortalecimento das relações
interinstitucionais